

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
UNIR – *CAMPUS* DE CACOAL
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ENGENHARIA DA
PESCA E AQUICULTURA**

FABIANA MORAIS DE OLIVEIRA LIMA

**SOCIEDADES COOPERATIVAS DE CRÉDITO E A DIVULGAÇÃO DO
BALANÇO SOCIAL E DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
NO ESTADO DE RONDÔNIA**

**Trabalho de Conclusão de Curso
Artigo**

**Cacoal, RO
2009**

FABIANA MORAIS DE OLIVEIRA LIMA

**SOCIEDADES COOPERATIVAS DE CRÉDITO E A DIVULGAÇÃO DO
BALANÇO SOCIAL E DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
NO ESTADO DE RONDÔNIA**

Artigo apresentado à Fundação
Universidade Federal de Rondônia,
Campus de Cacoal, como requisito parcial
para obtenção do Título de Bacharel em
Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Ms. Wellington Silva
Porto.

**Cacoal, RO
2009**

SOCIEDADES COOPERATIVAS DE CRÉDITO E A DIVULGAÇÃO DO BALANÇO SOCIAL E DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO NO ESTADO DE RONDÔNIA

Por

FABIANA MORAIS DE OLIVEIRA LIMA

Artigo apresentado à Fundação Universidade Federal de Rondônia, Curso de Ciências Contábeis, para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, mediante a Banca Examinadora formada por:

Presidente

Profº. Ms. Wellington Silva Porto – Orientador/UNIR

Membro

Profª. MS. Estela Pitwak Rossoni - UNIR

Membro

Profº. Esp. Charles Carminati de Lima - UNIR

**Cacoal, RO
2009**

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me proporcionado esta conquista;

A meu esposo Nelson e meu amado filho Augusto, por terem me transmitido amor e segurança nessa longa jornada da minha vida;

A meus pais e toda minha família;

Ao professor orientador Ms. Wellington Silva Porto, por ter me orientado nos momentos precisos para que este objetivo fosse alcançado, e por toda paciência a mim dispensada.

Aos demais professores, os quais me passaram novos conhecimentos;

Aos amigos e colegas de turma, enfim, a todos que direta e indiretamente participaram dessa realização.

“Tudo que acontece no mundo, seja no meu país, na minha cidade ou no meu bairro, acontece comigo. Então, eu preciso participar das decisões que interferem na minha vida. Um cidadão, com um sentimento ético forte e consciência de Cidadania, não deixa passar nada, não abre mão desse poder de participação”.

Herbert de Souza (Betinho)

SOCIEDADES COOPERATIVAS DE CRÉDITO E A DIVULGAÇÃO DO BALANÇO SOCIAL E DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO NO ESTADO DE RONDÔNIA

Fabiana Moraes de Oliveira Lima¹

RESUMO: O objetivo deste artigo é fazer um levantamento de cooperativas de crédito no estado de Rondônia, que utilizam como forma de divulgação das ações de responsabilidade sócioambientais o Balanço Social (BS) e a Demonstração do Valor Adicionado (DVA). Com base em uma pesquisa de campo, foram realizadas entrevistas por meio de formulários semiestruturados, aplicados aos dois sistemas cooperativistas de crédito atuantes no estado de Rondônia, Sistema de Crédito Cooperativo do Noroeste Brasileiro (CREDISIS) e Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (SICOOB), por meio de suas respectivas centrais, Cooperativa Central de Crédito Noroeste Brasileiro Ltda (CENTRALCREDI – NOBR) e Cooperativa Central de Crédito do Norte do Brasil (CENTRAL NORTE). Os resultados mostraram que as cooperativas representadas pela central de um dos sistemas não divulga suas ações sociais, ao passo que as filiadas pertencentes ao outro sistema promovem a divulgação de forma consolidada com as demais centrais integrantes do sistema, encaminhando suas informações para a Confederação Nacional, a qual se encarrega de condensar os resultados obtidos em todo o Brasil pelo sistema por meio da elaboração do Balanço Social. Nota-se com a pesquisa que as cooperativas de crédito do estado de Rondônia têm apresentado razoável interesse em divulgar suas ações sociais. Entretanto, ainda existem alguns obstáculos de natureza humana, legal e tecnológica que entravam o avanço do uso do BS e DVA como ferramenta de divulgação da responsabilidade sócioambiental nesse ramo do cooperativismo.

Palavras-chave: Cooperativas de crédito. Balanço Social. Demonstração do Valor Adicionado.

INTRODUÇÃO

A contabilidade, como ciência social, vem evoluindo cada vez mais, e se adequando para atender as necessidades do ser humano. Tem por finalidade proteger o seu objeto que é o “patrimônio”, fornecendo informações importantes à gestão empresarial.

Mas não é só a contabilidade que vem sofrendo grandes transformações, o mercado global também vem passando por inovações e crescimento, o que resultou no grande aumento de novos empreendedores, resultando na competitividade entre

¹ Graduanda em Ciências Contábeis pela Fundação Universidade Federal de Rondônia – *Campus de Cacoal*, sob a orientação do Prof. Ms. Wellington Silva Porto.

as organizações.

Com a grande concorrência, a sociedade passou a exigir mais, e os administradores sentiram a necessidade de buscar mudanças que pudessem suprir tais obstáculos, surgindo diversas estratégias, entre elas o Balanço Social.

Pode-se dizer que o Balanço Social é uma grande estratégia para quem quer superar desafios, uma vez que este instrumento serve de apoio ao gestor em sua tomada de decisão. Esta ferramenta não é apenas um mero relatório do que ocorreu em determinado período dentro da gestão, mas um instrumento de planejamento, o qual é capaz de demonstrar aos administradores as vantagens e as fragilidades da empresa, fornecendo-lhes informações seguras de quando e onde investir, evitando ser pego de surpresa.

O Balanço Social conta com a colaboração de outra ferramenta importante, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), que tem por finalidade demonstrar quanto a empresa gerou de riqueza em determinado período e onde foi aplicado. Assim, o gestor pode comparar dados e traçar objetivos e metas a serem atingidos.

Existem empresas que vêm aderindo ao Balanço Social e DVA em sua gestão administrativa. Junto a elas enquadram-se as cooperativas de crédito.

As cooperativas de crédito são instituições que prestam serviços de natureza essencialmente financeira a seus cooperados, sendo que as mesmas investem no âmbito social da comunidade, gerando benefícios à sociedade. (Cooperativismo de Crédito, 2008)

Diante das grandes transformações que vêm ocorrendo no cenário econômico e global, e o aumento das exigências da sociedade, torna-se relevante esclarecer ao seguinte questionamento: as cooperativas de crédito do estado de Rondônia utilizam como forma de divulgação das ações de responsabilidade sócioambientais o Balanço Social (BS) e a Demonstração do Valor Adicionado (DVA)? Qual a dimensão do interesse em divulgar tais ações? E quais são os obstáculos a tal iniciativa? Para um maior entendimento e esclarecimento quanto a esta questão, este estudo propôs um aprofundamento ao tema, objetivando de modo geral, relatar se e/ou como as cooperativas do estado de Rondônia estão divulgando suas ações de responsabilidade sócio-ambientais em instrumentos como o BS e DVA. Focando mais especificamente, buscou-se embasar o caráter obrigatório ou facultativo da utilização do BS e DVA por cooperativas de crédito, além de suas

estruturas conceituais; dimensionar a evolução do volume de cooperativas de crédito em âmbito nacional; mostrar como o sistema de crédito cooperativo está estruturado no estado de Rondônia; conhecer as formas de divulgação das ações de responsabilidade sócio-ambientais das cooperativas de crédito do estado de Rondônia, bem como explorar quais os obstáculos relacionados à prática de iniciativas de publicação de relatórios como o BS e DVA.

Os objetivos do presente artigo foram alcançados utilizando-se da pesquisa de campo, de natureza exploratória e qualitativa, com a finalidade de buscar informações sobre os fatos abordados no estado da arte; método de abordagem indutivo, intuindo a generalização da situação factual ilustrada no setor cooperativista estadual; e como procedimento técnico, a entrevista realizada com base em formulário semiestruturado, e posterior análise de conteúdo.

A entrevista foi realizada no primeiro semestre do ano de 2009, com dois executivos responsáveis pelas duas Centrais de Cooperativas existentes no estado de Rondônia atualmente, e que pertencem a dois sistemas distintos: Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (SICOOB) e o Sistema de Crédito Cooperativo do Noroeste Brasileiro (CREDISIS NOBR).

Para dar suporte ao estado da arte, procedeu-se a um embasamento bibliográfico onde foi selecionado criteriosamente os livros que abordavam ao tema, além de acessos à rede mundial de computadores, fixando-se o conceito do Balanço Social e DVA, destacando a relevância da utilização desta ferramenta de gestão para as cooperativas de crédito, tornando possível expor o papel social destas desenvolvido na sociedade.

1 COOPERATIVAS DE CRÉDITO E A DIVULGAÇÃO DO BALANÇO SOCIAL E DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO NO ESTADO DE RONDÔNIA

Muito se tem ouvido falar sobre a responsabilidade social das empresas, dentre essas se enquadram as cooperativas de crédito, que são instituições que tem como intuito a prestação de serviços a terceiros.

1.1 A evolução do cooperativismo

Pode-se dizer que desde a pré-história já existia o cooperativismo, porém o grande movimento cooperativista ocorreu no século XIX na Inglaterra, no dia 21 de dezembro de 1844, os responsáveis por esta idéia, assim, fundaram uma Sociedade denominada “Probos Pioneiros de Rochdale” e demonstraram que era possível que pessoas unidas tracem metas e atinjam seus objetivos. A finalidade desta cooperativa era de encarar a crise industrial que ocorria naquele período. Segundo Veiga e Fonseca (2001, p. 13):

Desde os primeiros tempos, o homem tem procurado formas de se associar para resolver seus problemas, seja para caçar, pescar, defender-se, atacar, seja para produzir, ganhar dinheiro, comprar e vender produtos, construir suas casas etc.

Ou seja, desde os primórdios da história humana as associações já existiam, e com o passar dos anos foram se moldando.

Apesar da fundação da sociedade cooperativa dos Pioneiros de Rochdale, seu grande fortalecimento só aconteceu tempos depois, no século XX. Para Veiga e Fonseca (2001), foi nesta época que passou a se trabalhar a questão da cooperação integral. Sendo que os grandes responsáveis por esta evolução foi P.C. Plockboy e Jonhn Bellers. Os socialistas que cooperaram para a formação do pensamento e modernização deste grande acontecimento foram: Blanc, Fourier, Buchz e Owen. No Brasil, o cooperativismo vem evoluindo em seus diversos ramos, visando o crescimento do país.

O símbolo do cooperativismo é formado por um círculo envolvendo dois Pinheiros, conforme figura 1:



Figura 1 – Símbolo do Cooperativismo**Fonte:** OCB (2008)

A SICOOB Credpom (2008), explica que o pinheiro simboliza plenitude, multiplicação, já o círculo não tem início nem fim, por isso significa eternidade. E as suas cores, o verde é o primórdio da natureza e o amarelo, o sol. Sem natureza, energia e calor, seria quase impossível a sobrevivência. Portanto este símbolo tem como sentido união eterna e harmonia.

1.2 Cooperativas de crédito

As cooperativas de crédito visam prestar serviços para atender interesses em comum. Composta por cerca de vinte (20) associados são instituições sem fins lucrativos e não sujeitas a falência.

1.2.1 Definição e Objetivo

As Cooperativas de Crédito são instituições formadas por um grupo de pessoas, com natureza jurídica que segue o ramo voltado ao financeiro. Para Tavares (2005, p. 28):

As cooperativas de crédito são instituições financeiras que, como cooperativas, devem, essencialmente, promover o desenvolvimento econômico dos seus cooperados, ou seja, daqueles que detêm seu capital, proporcionando-lhes custos adequados às suas atividades. Objetivam promover a captação de recursos financeiros para as atividades econômicas de seus cooperados, a administração de suas poupanças e a prestação de serviços de natureza financeira e bancária por eles demandados. Portanto, são instituições financeiras em que os usuários são também seus “proprietários”, com interesses não só no atendimento de suas necessidades imediatas, como também na perpetuação do negócio como apoio às suas atividades.

A Lei nº 5.764/71 que dispõe sobre o regime jurídico e a política nacional das cooperativas, afirma que:

Art.5º As sociedades cooperativas poderão adotar por objeto qualquer gênero de serviço, operação ou atividade, assegurando-se lhes os direitos exclusivos e exigindo-lhes a obrigação do uso da expressão cooperativa em sua denominação.

Parágrafo único: É vedado às cooperativas o uso da expressão banco.

Veiga e Fonseca (2001) expressam que as cooperativas possuem natureza dupla, porquanto é uma entidade social e ao mesmo tempo uma empresa, a qual é controlada pelos seus associados e voltada ao mercado. Celso Ribeiro Bastos *apud* Reis Júnior (2006, p. 46) complementa que:

As cooperativas são sociedades de pessoas constituídas para prestarem serviços aos associados ou cooperativados, distinguindo-se das demais sociedades ou empresas que atuam no setor econômico em razão de apresentarem características específicas que as distanciam totalmente do modelo de empresa capitalista comum, assumindo grande relevo, neste contexto, o fato de não distribuírem lucros aos associados. Trata-se de uma espécie de gerenciamento, de assessoramento dos cooperados. Assim, seus membros a constituem com o objetivo de desempenharem, em benefício comum, determinada atividade.

Desempenham papel de grande importância no cenário econômico mundial e tem como finalidade prestar serviços aos associados.

De acordo com Pinheiro (2006, p. 7) as cooperativas de crédito têm por objetivo:

A prestação de serviços financeiros aos associados, como concessão de crédito, captação de depósitos à vista e a prazo, cheques, prestação de serviços de cobrança, custódia, de recebimentos e pagamentos por conta de terceiros sob convênio com instituições financeiras públicas e privadas e de correspondentes no País, além de outras operações específicas e atribuições estabelecidas na legislação em vigor.

As cooperativas de crédito geram benefícios à sociedade tanto de forma direta quanto indireta. Portanto, são instrumentos que contribuem para o grande desenvolvimento mundial.

Conforme publicação do Cooperativismo de Crédito (2008), as Cooperativas de Crédito vem evoluindo a cada ano que passa. A figura 2 representada pelo gráfico a seguir, apresenta que de 1960 a 1970 houve uma queda na existência das cooperativas de crédito, já no ano de 1980 essas entidades voltaram a ter seu crescimento, quase duplicando a quantidade de cooperativas entre 1980 a 1990, e a partir de então as cooperativas de crédito passaram a aumentar sucessivamente. No que tange essa evolução, pode-se verificar que o Brasil possui, até o final do primeiro semestre do ano de 2008, um total de 1462 entidades cooperativas de crédito atuando dentro do Sistema Financeiro Nacional (SFN), conforme pode ser

verificado na figura 2, o que representa um avanço significativo se comparado às primeiras décadas do início do século XX.

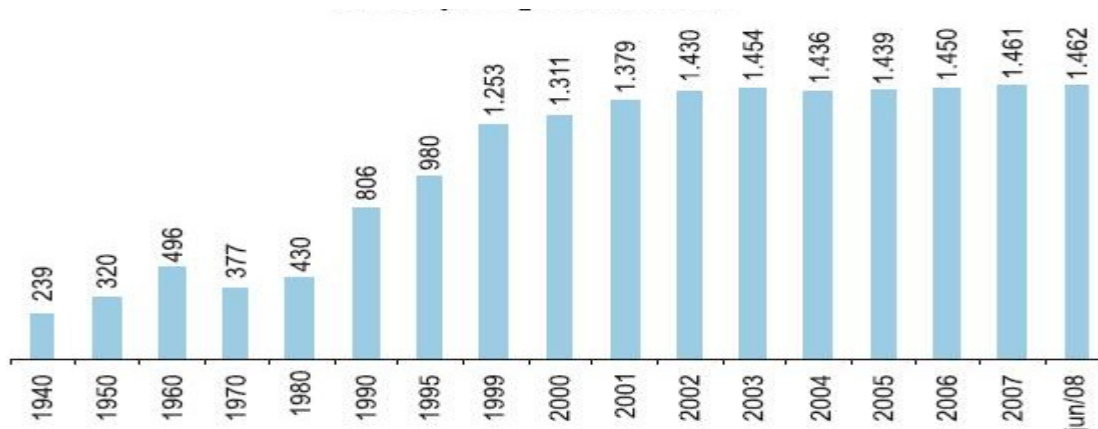


Figura 2 – Evolução quantitativa das Cooperativas de Crédito no Brasil

Fonte: Cooperativismo de Crédito (2008)

No entanto, percebe-se que nos últimos anos esse crescimento vem ocorrendo de forma lenta, pois, em 2007 havia 1461 entidades e em junho de 2008 subiu para 1462, apenas uma a mais que o ano anterior.

Por outro lado, o grande salto ocorrido entre os anos de 1980 a 1990 foi em consequência da publicação da Lei 5764/71.

1.2.2 Estruturação das cooperativas de crédito no Brasil

As cooperativas de crédito no Brasil estão organizadas conforme mostra a figura 3, onde existem as singulares, que são cooperativas formadas por no mínimo 20 pessoas físicas, que têm o mesmo objetivo e pertencem à mesma categoria de trabalhadores; a união de três ou mais dessas singulares, formam uma central de cooperativas, cuja função é a centralização dos recursos oriundos das singulares, padronizando e supervisionando as operações financeiras e administrativas, reduzindo custos e ampliando a capacidade de atendimento aos cooperados. Sendo a representante das cooperativas do sistema junto a qualquer órgão, inclusive ao banco Central, uma vez que as cooperativas não têm autonomia para se reportarem diretamente ao BACEN ou a qualquer outro órgão; por sua vez, a união de três ou mais centrais, formam uma confederação que tem por finalidade contribuir para a consolidação do sistema cooperativo de crédito, dando representatividade ao ramo

junto ao Sistema Financeiro Nacional. (SICOOB, 2009)



Figura 3 : Organização das cooperativas
Fonte: Adaptado de Brasil (1971)

A organização do sistema cooperativo brasileiro está disciplinada pela Lei nº 5.764/71 nos artigos 6º ao 9º, os quais definem conceitos, parâmetros e finalidades.

1.3 A contabilidade e sua evolução social

A contabilidade é uma ciência que visa o estudo tanto quantitativo e qualitativo do patrimônio, tendo como finalidade gerar informações que auxiliem o gestor na tomada de decisão.

Segundo Kroetz (2000, p. 45), surge a Contabilidade com sua cultura e tecnologia, oferecendo conjuntamente aos profissionais da área um arsenal capaz de gerar, demonstrar e analisar o perfil da responsabilidade social/ecológica das entidades.

Em complemento, Silva e Freire (2001) relatam que a Contabilidade teve sua evolução em razão de grandes influências sofridas pela sociedade. Isso ocorreu com a guerra do Vietnã na década de 60, muitas críticas surgiram e para superar tais abalos foi exigido que as entidades passassem a valorizar o lado social respeitando os valores éticos da comunidade. Assim, passou-se a se elaborar relatórios demonstrativos os quais eram anexados ao balanço patrimonial da empresa. Já na década de 70, a Europa começou a divulgar tais publicações e em 1971 foi elaborado um relatório com demonstrações sociais, este divulgado pela empresa alemã denominada STEAG. Porém, o primeiro Balanço Social realmente elaborado pelas empresas e que foi o marco histórico ocorreu no ano de 1972, que

foi divulgado pela empresa SINGER. Na década de 60 o Brasil passou a sentir os primeiros reflexos sociais, na década de 60 foi criado a ADCE (Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas) a qual teve sua completa difusão em 1970. Em 1974 foi publicado o primeiro Decálogo do Empresário e em 1977 a ADCE expande-se nacionalmente. Instituições estas que visavam à demonstração ao empreendedor quanto à responsabilidade dos mesmos diante da comunidade.

1.4 O Balanço Social

O tema Balanço Social e a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) vem sendo muito comentado por autores como Tinoco (2001) e Kroetz (2000), em suas obras, onde relatam a relevância e as vantagens das organizações assumirem a responsabilidade social.

1.4.1 Definição e objetivo

O Balanço Social é uma demonstração Contábil Social, documento que é publicado anualmente pela entidade. Apresenta um conjunto de benefícios sociais dos quais a empresa participou. É um instrumento de análise de como está a gestão empresarial no âmbito social.

Muitos estudos vêm demonstrando os benefícios decorrentes das ações de responsabilidade social praticadas pelas empresas. De acordo com Kroetz (2000, p. 79):

A Contabilidade tem entre seus objetivos refletir a realidade patrimonial, e, para tal, procura apresentar por meio do sistema de informações contábeis, um conjunto de demonstrações capazes de suprir as necessidades informativas de seus usuários. Esse sistema, por sua vez, vem tradicionalmente sendo constituído por informações de ordem financeira, econômica e patrimonial, não atendendo aos anseios dos usuários interessados em informações de cunho social e ecológico. Nessa perspectiva, surge o Balanço Social, demonstração que tem como objetivo genérico suprir as necessidades de apresentação de informações de caráter social e ecológico.

É uma forma de o gestor demonstrar sua responsabilidade ética e social

com seus empregados, familiares e sociedade. Kroetz (2000, p. 68), complementa:

O Balanço Social, antes de ser uma demonstração endereçada à sociedade, é considerado uma ferramenta gerencial, pois reunirá dados qualitativos e quantitativos sobre as políticas administrativas e sobre as relações entidade/ambiente, os quais poderão ser comparados e analisados de acordo com as necessidades dos usuários internos, servindo como instrumento de controle, de auxílio para a tomada de decisões e na adoção de estratégias.

O Balanço Social faz uma interação entre empresa e sociedade. Sua finalidade é apresentar com transparência a realidade econômica e social da empresa, relatando alguns tópicos relacionados à: empregados, investimentos ambientais, sociais, educacionais, tributos pagos, etc.

1.4.2 Os usuários do Balanço Social

O Balanço Social favorece a todos, desde os trabalhadores até os grandes empreendedores, auxiliando cada um de acordo com sua necessidade. Seja ela relacionada à postura ou à administração, ou seja, é um instrumento que traz benefícios de modo geral. Visando maior evidência na vida de todos, seja para as entidades, sociedade ou meio ambiente. Já que tudo o que acontece no mundo diz respeito a todos. Conforme define Tinoco (2001, p. 135), Herbert de Souza (Betinho) do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) tinha a seguinte opinião:

O Balanço Social atende a todos. Para os dirigentes, oferece os elementos essenciais para as decisões sobre programas e responsabilidades sociais que a empresa venha a desenvolver. Os empregados têm a garantia de que as expectativas cheguem até os patrões de uma maneira sistematizada e qualificada. Os fornecedores e investidores passam a conhecer a maneira como a empresa encara responsabilidade em relação ao quadro humano, o que representa um indicador de como a empresa é administrada. [...] vários são os itens de verificação das atividades sociais: educação, saúde, atenção a mulher, preservação do meio ambiente, contribuição para a melhoria de vida e de trabalho dos funcionários, desenvolvimento de projetos comunitários, erradicação da pobreza, geração de renda e criação de postos de trabalho.

A metodologia aplicada deve ser clara, concisa e moldada conforme o grau de precisão de cada um.

1.4.3 Modelo de mensuração do Balanço Social

O Balanço Social possui um papel de grande relevância dentro da gestão empresarial, uma vez que este mede e julga os fatores ligados à empresa e à comunidade. Diante deste contexto, Braga (1997, p. 06), explica que:

Conciliar o lucro com o ativismo ambiental e social não é apenas possível como está se tornando cada vez mais necessário na vida das grandes empresas. O envolvimento das empresas com questões ambientais e sociais, como saúde, educação e segurança, não é filantropia nem relações públicas, mas uma exigência para manter-se a competitividade no longo prazo.

Segundo Betinho, o IBASE propõe um modelo o qual tende a estimular a divulgação dessas informações, cada empresa divulga o modelo que atenda a sua demanda, porém quanto maior a empresa mais complexa será a elaboração. Vale ressaltar que quanto mais informações conter, mais seguro e completo será o resultado. Seja qual for o tamanho do setor da entidade, as informações apresentadas nesta divulgação devem ser de caráter verdadeiro. Segundo Betinho, é importante que as empresas idealizem o bem estar que fazem à comunidade, o mesmo relata que “somente comunidades felizes e prósperas gerarão empresas de sucesso”. E por ser uma demonstração contábil apenas gerencial, não sendo ainda obrigatória a sua elaboração e publicação, o Balanço Social ainda não é uma ferramenta com seu potencial informativo amplamente explorado. Algumas pessoas por falta de conhecimento acham que não passa de um mero relatório. Entretanto, essa demonstração pode ser um diferencial positivo de grande valia quando suas atividades são voltadas ao bem estar social da comunidade.

1.4.4 O Balanço Social e sua legalidade

O Balanço Social teve sua normalização desde o ano de 1977 na França e foi instituído pela lei nº 77.769/77, onde sua elaboração passou a ser obrigatória junto com a Demonstração do Valor Adicionado (DVA). No Brasil sua projeção ocorreu na década de 90, por meio do sociólogo Betinho, o qual teve a intenção de

incentivar as empresas brasileiras da grande importância de aderir a esta elaboração. (Tinoco, 2001).

A ex-deputada Federal Marta Suplicy durante seu mandato apresentou à Câmara dos Deputados uma proposta regida pelo projeto de Lei nº 3.116/97, a qual visava à legalização da divulgação do Balanço Social brasileiro, segundo este projeto, “elaborar o Balanço Social é um estímulo à reflexão sobre as ações das empresas no campo social”. Este projeto foi apresentado na sala de sessões e reconhecido por duas deputadas federais, Maria da Conceição Tavares e Sandra Starling e, sem mesmo ir para votação foi arquivado. Silva e Freire (2001, p. 28), esclarecem que:

Muitas iniciativas têm sido tomadas no sentido de cada vez mais ter-se as empresas cumprindo um de seus principais papéis no desenvolvimento das pessoas e da sociedade. Porém, infelizmente, isso não pode ser tomado como regra e muitas empresas não têm se preocupado com esse tipo de informação e as que o fazem têm utilizado formas, periodicamente e critérios uniformes de divulgação. Dessa forma, o Projeto de Lei nº 3.116/97 busca esta uniformidade [...]

Ainda segundo o autor, o Deputado Paulo Rocha do Partido dos Trabalhadores do Pará, entrou com um novo projeto de nº 032/99 dando continuação ao elaborado pela ex-deputada Marta Suplicy, e apesar de já ter sido aprovado, o mesmo encontra-se tramitando na Comissão de Finanças sem ser colocado em prática. Sendo assim, a elaboração e divulgação do Balanço Social ainda não são legalizadas no Brasil.

1.5 Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A demonstração do valor adicionado (DVA) é um instrumento de grande valia, sendo parte complementar na elaboração e divulgação do Balanço Social.

1.5.1 Conceito e finalidade

A Demonstração do Valor Adicionado é um elemento de valor agregado

o qual enriquece os relatórios contábeis e sociais já que aglomera a entrada e saída de certo produto ou serviço. É um demonstrativo que evidencia de onde se gerou as riquezas de determinado período da empresa e onde foram investidas.

Para Azevedo (2008, p. 121), “o valor adicionado ou agregado corresponde à riqueza gerada por uma entidade durante determinado período, a qual poderá ser representada pelo valor das *“vendas menos os consumos de materiais e serviços”*, num determinado período”.

Kroetz (2000, p. 40) explica que:

DVA é na realidade a diferença entre os recursos consumidos que a organização adquiriu de terceiros e o que ela produziu, ou seja, representa o que foi agregado de valor ao produto/serviço (riqueza gerada), dentro de seu ciclo operacional. Demonstrando, ainda, sua distribuição para empregados, governo, financiadores, acionistas/sócios, etc.

Este instrumento de apreciação permite que se tenha uma noção da riqueza que se poderá produzir em determinado tempo.

Pode-se dizer que a DVA é um demonstrativo que complementa o Balanço Social e que juntos fornecem informações de grande relevância e transparência, permitindo que se possam traçar novas metas e objetivos com segurança. Mas, apesar de este demonstrativo apresentar transparência e eficácia em seus resultados, no Brasil, ainda poucas entidades a elaboram.

Neves e Viceconti, (2005, p. 309) relatam que:

A DVA fornece uma visão bem abrangente sobre a real capacidade de uma sociedade produzir riqueza (no sentido de agregar ou adicionar valor em seu patrimônio) e sobre a forma como distribui essa riqueza entre os diversos fatores da produção (trabalho, capital próprio ou de terceiros, governo).

De acordo com Azevedo (2008), as demonstrações do valor adicionado devem apresentar os componentes como: receitas, insumos adquiridos de terceiros, retenções, valor adicionado recebido em transferência, distribuição do valor adicionado, responsabilidade/auditoria/disposições finais. As demonstrações devem fornecer formato detalhado evidenciando valores em percentual. Ao divulgar a demonstração, não é necessário o preenchimento da coluna referente ao ano anterior, porém, o preenchimento das duas colunas propicia que se possa efetuar comparação dos dados.

Conforme Azevedo (2008, p. 120):

A DVA visa demonstrar:

- a) o quanto a entidade agrega de valor à economia da sociedade na qual está inserida, relativamente à sua produção; e
- b) como a riqueza será distribuída entre os principais componentes dessa sociedade (empregados, acionistas, financiadores e governo).

Ainda segundo o autor Azevedo (2008), por meio da elaboração da DVA é possível que se visualize como e onde ocorreram as distribuições e riquezas durante certo período. Se estas informações surtiram efeitos desejados, ou se ela deve parar com os incentivos governamentais. Assim sendo, apresenta as contribuições que a entidade efetivou, bem como o desempenho por ela realizado para atingir os fatores desejados. Além do mais, é uma demonstração a qual tem seus dados e informações extraídos da contabilidade apresentando informações que prezam o princípio da competência.

1.5.2 Origem e obrigatoriedade

Originado na Europa, a DVA é muito utilizada nos países estrangeiros. Esta ferramenta evidencia dados e informações de caráter econômico e social destacando as riquezas geradas no decorrer do período.

A vigência da DVA para as companhias abertas entrou em vigor em 01 de Janeiro de 2008, regida pela Lei n° 11.638/2007 (DOU 28/12/2007). Com a nova legislação, o artigo 1° desta lei alterou o artigo 176 inciso V da antiga lei de n° 6.404/1976, essa alteração teve como finalidade tornar obrigatório para as companhias abertas a elaboração da Demonstração do Valor Adicionado. A Lei 11.638/2007 rege em seu artigo 176 que:

Art. 176

.....
IV – demonstração dos fluxos de caixa; e

V – se companhia aberta, demonstração do valor adicionado.
.....

§ 6º A companhia fechada com patrimônio líquido, na data do balanço, inferior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) não será obrigada à elaboração e publicação da demonstração dos fluxos de caixa.

Ou seja, a elaboração da DVA tornou-se obrigatória somente para as companhias abertas (S/A.), já para as organizações de capital fechado, limitado ou sociedade de grande porte esta elaboração é facultativa, não estão obrigadas a elaborar, onde segundo o artigo 188, II da nova Lei:

As demonstrações referidas nos incisos IV e V do caput do art. 176 desta Lei indicarão, no mínimo:

I – demonstração dos fluxos de caixa – as alterações ocorridas, durante o exercício, no saldo de caixa e equivalentes de caixa, segregando-se essas alterações em, no mínimo, 3 (três) fluxos:

- a) das operações;
- b) dos financiamentos; e
- c) dos investimentos;

II – demonstração do valor adicionado – o valor da riqueza gerada pela companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

Apesar da publicação da nova lei de nº 11.638/2007, ainda não foi publicado oficialmente um modelo padronizado a ser seguido, no entanto, existem modelos básicos, porém é recomendado que o preenchimento siga as instruções que foram apresentadas pela resolução do Conselho Regional de Contabilidade (CFC) de nº 1.138/2008 a que revogou e substituiu a antiga resolução de nº 1.010/2005, a qual aborda as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA). Entretanto, ao fazer uso de um modelo básico de elaboração da DVA, a entidade deve estar atenta, acrescentando e detalhando as informações que forem necessárias. Essas novas mudanças passam a padronizar as normas contábeis proporcionando maior clareza e compreensão, igualando as normas brasileiras e internacionais, tendendo a diminuir o risco e tornando mais propício que as empresas brasileiras tenham ascensão ao comércio internacional, sendo a DVA, um dos métodos mais utilizados no exterior para expor as riquezas ocorridas pelas organizações.

2 RESULTADOS OBTIDOS

A pesquisa de campo contou com uma entrevista com dois executivos das centrais de sistemas cooperativos do estado de Rondônia, sendo um responsável pela Cooperativa Central de Crédito Noroeste Brasileiro Ltda (CENTRALCREDI – NOBR) integrante do Sistema de Crédito Cooperativo do Noroeste Brasileiro

(CREDISIS) e o outro da Cooperativa Central de Crédito do Norte do Brasil (CENTRAL NORTE), integrante do Sistema Cooperativista de Crédito Brasileiro (SICOOB).

2.1 Sistema de Crédito Cooperativo do Noroeste Brasileiro – CREDISIS

Segundo o auditor interno da Centralcredi, tanto esta, quanto o Credisis surgiram juntos, embora este último não tenha personalidade jurídica, sendo meramente figurativo, tendo sido formado com o intuito de reunir as cooperativas singulares juntamente com a Central.

2.1.1 Cooperativa Central de Crédito Noroeste Brasileiro Ltda (CENTRALCREDI – NOBR)

A Cooperativa CentralCredi é uma instituição que atua com autorização do Banco Central do Brasil (BACEN), e tem como missão o fortalecimento do desenvolvimento da economia e cultura da região. Seu principal objetivo é organizar e prestar serviços e assistências às suas filiadas visando o bem estar social de seus membros, funcionários e associados. (CENTRALCREDI, 2009)

Seu organograma está definido conforme demonstrado na figura 4:

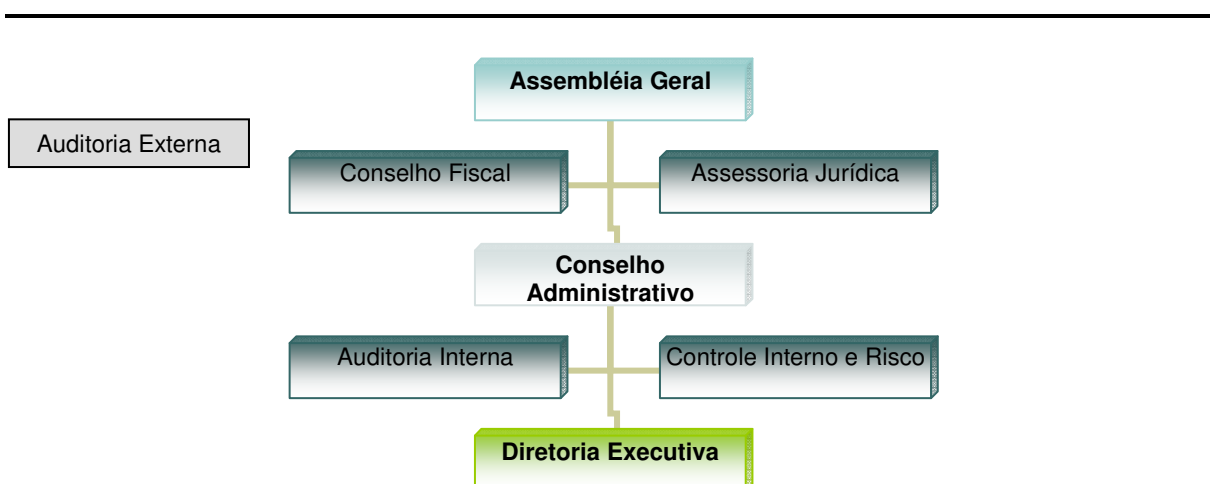


Figura 4 - Organograma Cooperativa CentralCredi (Credisis)
Fonte: Adaptado de CentralCredi (2009)

Sua diretoria executiva é composta pelo presidente (01), vice-presidente (01), secretário (01). Conselho administrativo: conselheiros efetivos (09), conselheiros suplentes (06). Conselho fiscal: membros efetivos (03), membros suplentes (03).

A CentralCredi possui a filiação de doze (12) cooperativas sendo onze (11) no estado de Rondônia e uma (01) no estado do Acre, distribuídas da seguinte forma:

Quadro 1 – Filiadas ao sistema CentralCredi

Estados	Cooperativas
Rondônia	Florestacredi, Crediari, Credicacoal, Crediespigão, Jarucredi, Ji-Cred, Rolimcredi, Credivale, Crediron, Credibrás, Medicicredi.
Acre	Capitalcredi

Fonte: Adaptado de CentralCredi (2009)

Essas filiadas contam com diversos serviços oferecidos pela CentralCredi como: auditoria, consultoria jurídica normativa, representação institucional, assessoria contábil e operacional, cursos e treinamentos para funcionários e dirigentes da central e das cooperativas filiadas, convênio para compensação de cheques e outros papéis com o Banco do Brasil, sistema de controles internos e fomento do cooperativismo de crédito.

2.1.2 Entrevista com auditor interno da CentralCredi.

No que se refere ao tempo de constituição da Cooperativa Central, o auditor interno informou que a Centralcredi, integrante do Credisis, foi constituída há aproximadamente nove (9) anos. Quanto ao conhecimento dos demonstrativos objeto da pesquisa, o auditor afirmou ter pleno conhecimento quanto à estrutura dos demonstrativos Balanço Social (BS) e Demonstração do Valor Adicionado (DVA), porém o corpo funcional e diretivo da central e suas filiadas desconhecem.

Devido, entre outros motivos, ao desconhecimento dos demonstrativos BS e

DVA pela equipe da Centralcredi e suas filiadas, estas não elaboram nem publicam tais relatórios.

A cooperativa central não estimula a elaboração de BS e DVA por suas filiadas, segundo o auditor, ele particularmente tem recomendado em seus relatórios técnicos que a central e suas filiadas procurem divulgar para a sociedade as ações sociais desenvolvidas por elas, dando assim maior transparência às suas atividades e consequentemente aproximando-se mais da sociedade.

O motivo pelo qual a Central não elabora tais demonstrativos são diversos, entre eles a falta de obrigatoriedade legal, por achar desnecessária a elaboração, também porque necessitaria de pessoas com maiores conhecimentos quanto ao entendimento da elaboração e publicação, além disso desconhecem os grandes benefícios que podem obter por meio destes demonstrativos.

No entanto, durante a reunião de representantes de cooperativas com o Banco Central (BACEN) realizada recentemente em Belém do Pará, foi proposto pelo BACEN que as cooperativas passem a dar maior transparência às suas ações por meio, do que eles intitulam “governança cooperativa”. Ressalta-se que trata-se apenas de uma proposta, e não de uma obrigatoriedade imposta pelo BACEN. Entretanto, mesmo após esta proposta, o sistema Credisis não manifestou interesse, deixando claro não ser o foco do sistema divulgar suas ações sociais.

As ações sociais que são feitas pelo sistema, somente são desenvolvidas pelas filiadas, a central não as desenvolve por não ter esta função, visto que a finalidade desta é tão somente centralizar os recursos oriundos das filiadas. O fato que chama a atenção, é a resistência a divulgar ações que são efetivamente praticadas, a exemplo de investimentos em fundações, doações em dinheiro, bens móveis ou equipamentos para creches, hospitais e asilos, que, conforme o auditor são investidos anualmente por meio de fundo de reserva criado para esse fim.

2.2 Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (SICOOB)

O Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (SICOOB) é formado por 14 cooperativas centrais e 633 cooperativas de crédito singulares, espalhadas por 20 unidades da Federação. Ele surgiu com intuito de prestar serviços às suas

singulares, oferecendo melhores condições e segurança do que oferecia o sistema financeiro tradicional. Conta com um dos dois bancos cooperativos do país, o Banco Cooperativo do Brasil S/A (BANCOOB). (SICOOB, 2008)

2.2.1 Cooperativa Central de Crédito do Norte do Brasil (Central Norte)

A Cooperativa Central de Crédito do Norte do Brasil do sistema SICOOB surgiu quando os cooperados sentiram que havia a necessidade de uma maior concentração estrutural que viesse suprir as necessidades dos serviços prestados às singulares. Mediante esse anseio, enfrentaram e cumpriram as exigências do Banco Central atendendo aos preceitos legais, voltados à constituição da cooperativa. Assim, em 17 de outubro de 1998, passou a existir a Central Norte, a qual inicialmente era constituída apenas por quatro (04) cooperativas, a CREDIP, a OUROCREDI, a ALTOCREDI, as quais são hoje posto da CREDIP e a COCREPOM, hoje POLICREDI. (SICOOB, 2009)

Esta instituição tem como missão fortalecer-se e prover-se, visando à auto-sustentabilidade de suas filiadas e o desenvolvimento societário e econômico dos seus integrantes.

Tem como objetivo a adoção de um padrão estrutural básico tanto para a Central como para suas integrantes. Sua estrutura atende ao disposto na Resolução nº 2554, a qual rege os controles internos nas instituições financeiras e cooperativas de crédito mútuo e rural, bem como suas centrais, salvaguardando os níveis gerenciais para que não haja conflitos. O nível de hierarquia é ajustado de acordo com cada filiada, sendo livres a partir da Diretoria Executiva.

Seu organograma está definido conforme a figura 5, e é distribuído da seguinte forma: Assembléia Geral composta por delegados eleitos pelas filiadas para representarem os interesses dos cooperados de cada singular. No Conselho Administrativo: diretor presidente (01), diretor administrativo e financeiro (1), diretor operacional (01). Conselho Fiscal: conselheiros fiscais efetivos (03), conselheiros fiscais suplentes (03). Diretoria Executiva: diretor presidente (01), diretor administrativo e financeiro (01), diretor operacional (01). Conselheiros efetivos (04), conselheiros suplentes (02).

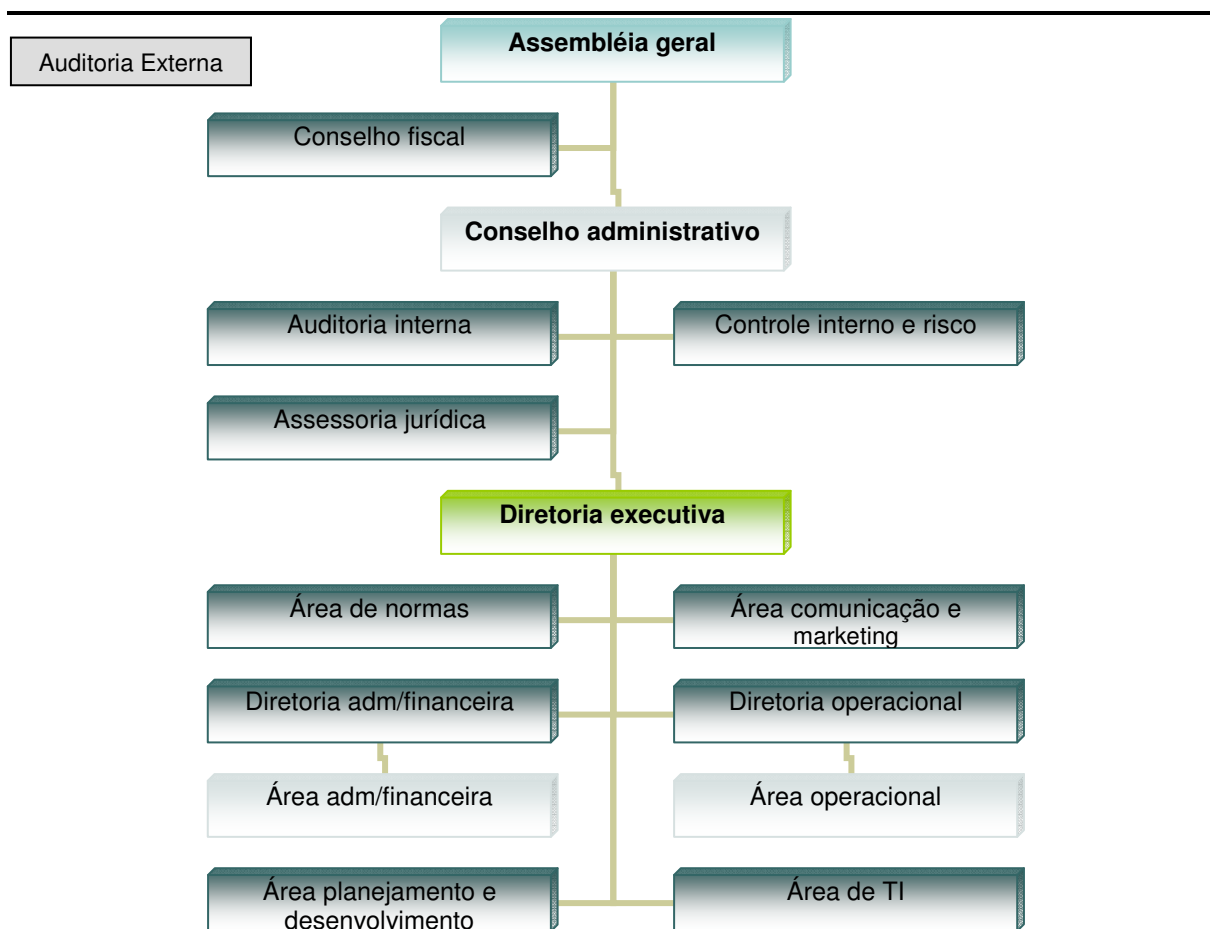


Figura 5 - Organograma da Cooperativa Central Norte do sistema SICOOB

Fonte: Adaptado de Sicoob (2009)

A Central Norte é constituída por quatorze (14) cooperativas singulares, e possui filiadas em três estados: Rondônia, Acre e Amazonas, assim distribuídas:

Quadro 2 – Filiadas ao sistema Central Norte

Estados	Cooperativas
Rondônia	Credip, Ourocredi, Crediforte, Credjurd, Buritis Portocredi, Credisul, Emprecred, Credempresas, Colcredi
Acre	Cbcred, Credmac, Cemater
Amazonas	Credempresas

Fonte: Adaptado de Central Norte (2009)

A Central Norte auxilia essas filiadas no que tange à prestação de diversos serviços necessários ao seu funcionamento, bem como exerce representação destas junto ao Banco Central.

2.2.2 Entrevista com Diretor Administrativo do sistema Sicoob

Segundo o diretor administrativo, a Cooperativa Central de Crédito do Norte do Brasil (CENTRAL NORTE) faz parte do Sistema cooperativista de Crédito Brasileiro (SICOOB) e foi constituída em 1998, cerca de onze anos atrás.

Trata-se de uma cooperativa em que seu corpo diretivo já possui conhecimento quanto aos demonstrativos Balanço Social e Demonstração do Valor Adicionado, e, segundo o diretor, a central reconhece que o uso desta ferramenta de elaboração e divulgação das ações de responsabilidade sócio-ambientais apresenta benefícios como: contribuir para minimizar a desigualdade social, apoiar entidades beneficentes de pessoas especiais, estimularem o esporte a cultura o lazer, recuperar pessoas dependentes químicos, atender a desabrigados decorrentes de catástrofes, orientar para um direcionamento profissional.

Apesar de conhecer este instrumento de grande valia e suas vantagens, a Central Norte e suas filiadas não elaboram tais demonstrativos. Todavia, foi afirmado que, através de seu informativo mensal Sicoob Central Norte – NOTÍCIAS, faz divulgação das ações realizadas pelas suas filiadas, o qual é anualmente encaminhado à Confederação Nacional SICOOB BRASIL, onde tais informações fazem parte do relatório anual do Balanço Social do SICOOB.

O diretor ressaltou ainda que as ações sociais praticadas são inerentes à própria natureza das cooperativas, conforme seus princípios, notadamente no que se refere ao 7º princípio cooperativista, que reflete o interesse pela comunidade.

Além dessas informações sociais serem divulgadas pela Confederação Nacional SICOOB BRASIL, esses demonstrativos são utilizados pela central com a finalidade de traçar e reformular suas estratégias, tendo em vista que as ações sociais das filiadas demonstram o interesse da cooperativa com a comunidade onde ela está inserida. Isso indica que as informações geradas pelas ações socioambientais fazem parte do processo de planejamento estratégico da central e suas filiadas.

As ações sociais desenvolvidas pelas cooperativas filiadas constam do relatório do balanço social do SICOOB que é elaborado pela Confederação SICOOB BRASIL. As filiadas reportam suas ações sociais à central que por sua vez cumpre sua parte repassando-as à Confederação Nacional a qual se encarrega de condensar de forma sistêmica os resultados obtidos em todo o Brasil pelo SICOOB, o que tem sido considerado pela central como uma boa forma de demonstração das ações sócioambientais do sistema SICOOB no estado de Rondônia.

Desde 2007 tem sido realizado o relatório do Balanço Social no Brasil, sendo elaborado pela Confederação Nacional SICOOB Brasil, a qual apresenta os painéis das ações sociais desenvolvidas pelas cooperativas do SICOOB nas diversas regiões do Brasil. A SICOOB Central Norte, estará realizando em outubro do ano de 2009 seu planejamento estratégico, oportunidade em que poderá ser discutido o assunto com a liderança do sistema para uma definição quanto à elaboração dos demonstrativos BS e DVA pela central e suas filiadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando as informações obtidas junto ao SICOOB e CREDISIS, por intermédio da pesquisa realizada nas cooperativas centrais CentralCredi e Sicoob Central Norte, representantes das 26 cooperativas singulares integrantes dos dois sistemas, foi possível identificar que os demonstrativos Balanço Social e Demonstração do Valor Adicionado ainda são instrumentos que estão em fase de sensibilização e desenvolvimento no estado de Rondônia; e em razão de ainda não serem obrigatórios para as entidades cooperativas, bem como pela falta de um maior entendimento quanto às vantagens e desvantagens oferecidas por estes instrumentos, muitos empreendedores acabam por não elaborar e publicarem este relatório.

No entanto, mesmo sem a obrigatoriedade, pode-se observar que a Sicoob Central Norte publica as ações sociais praticadas por esta e suas filiadas, porém de forma condensada, onde as informações de suas ações sociais são divulgadas para todo o Brasil pela Confederação Nacional Sicoob Brasil. Seria interessante que, a própria Sicoob Central Norte elaborasse o Balanço Social e DVA aqui mesmo na

região norte, para que a sociedade pudesse contemplar as ações sociais realizadas, considerando apenas as peculiaridades da região, inclusive com o propósito de aproximar a sociedade rondoniense do sistema Sicoob. Nesse sentido, o próprio cooperado se sentiria mais responsável, em sua cooperativa singular, pelo resultado positivo das ações sócio-ambientais praticadas, e pelo desenvolvimento do município e estado em que esse cooperado está inserido.

Já no caso da CentralCredi, cujo corpo funcional ainda desconhece as vantagens e desvantagens destes demonstrativos, destaca-se a necessidade de que este sistema busque maiores informações com profissionais capacitados, os quais possam lhes evidenciar as vantagens e benefícios que a elaboração do Balanço Social e DVA pode propiciar tanto a esta entidade como à sociedade.

Pode-se dizer que o objetivo da presente pesquisa foi alcançado, uma vez que a problemática sugerida na introdução do artigo foi respondida. Entretanto, o resultado não foi totalmente satisfatório, pois, tendo em vista que os eventuais demonstrativos ainda não são elaborados por estes sistemas dentro da própria região Norte, esta ausência implica em uma consequente necessidade de uma evidenciação mais clara das atividades de responsabilidade sócio-ambientais frente à sociedade rondoniense.

Os demonstrativos Balanço Social e DVA são ferramentas que não visam a perseguição do lucro, e sim à lisura e transparência da imagem da entidade, já que estes demonstrativos proporcionam vantagens tanto à cooperativa como à comunidade em geral. Portanto, é iminente ressaltar que os demonstrativos Balanço Social e DVA são instrumentos de grande valor informativo e decisorial, e que merecem ser explorados em estudos futuros mais aprofundados acerca, por exemplo, da divulgação de tais peças contábeis em um estudo de caso, analisando a reação da comunidade, cooperados e dirigentes quanto à iniciativa tomada pela cooperativa singular.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Osmar Reis. **DFC e DVA: Demonstração dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado** (destinados às sociedades). São Paulo: Linotec, 2008.

BRAGA, Hugo R. A. **A responsabilidade do contador perante a sociedade.** Boletim do Ibracon. São Paulo: Ano 20,1997.

BRASIL. Lei N° 5.764/1971: **Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências.** Disponível em: <<http://www.normaslegais.com.br/legislacao/lei5764>> Acesso em: 05 maio. 2009.

_____. Lei 11.638/2007: **Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm> Acesso em: 10 maio. 2009.

_____. Projeto de Lei nº. 3.116 de 1997: **Cria o balanço social para as empresas que menciona e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.balancosocial.org.br/media/PL_3116-97.doc> Acesso em: 10 abr. 2009.

CENTRALCREDI. **Cooperativa Central de Crédito Noroeste Brasileiro.** Disponível em: <<http://www.centralcredi.coop.br>> Acesso em: 26 jul. 2009.

Cooperativas de Crédito no Brasil e no Mundo (2008). **Cooperativismo de Crédito.** <<http://www.cooperativismodecredito.com.br/CooperativadeCredito.php>> Acesso em: 12 maio 2009.

_____. **Cooperativismo no Brasil.** Disponível em: <<http://www.cooperativismodecredito.com.br/CooperativismoBrasil.php>> Acesso em: 19 jul. 2009.

Balanço Social. **BS e as Cooperativas.** Disponível em: <<http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=29>> Acesso em: 12 jun. 2009.

IUDICIBUS, Sergio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual da Contabilidade das Sociedades por Ações.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

KROETZ, César Eduardo Steves. **Balanço Social: teoria e prática.** São Paulo: Atlas, 2000.

NEVES, Silvério das; VICECONTI, Paulo Eduardo V. **Contabilidade Avançada e Análise das Demonstrações Financeiras.** 14. ed. São Paulo: Frase Editora, 2005.

OCB (2008). Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). **Símbolo do Cooperativismo**. Disponível em:
<<http://www.ocb.org.br/site/ocb/index.asp?CodIdioma=1>> Acesso em: 15 jul. 2009.

PINHEIRO, Marcos Antonio Henriques. **Cooperativas de Crédito: História da Evolução Normativa no Brasil**. 4. ed. Brasília/ DF: Banco Central do Brasil, 2006. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/public/microcredito/HccB4edicao.pdf>> Acesso em: 10 jul. 2009.

_____. _____. 6. ed. Brasília/ DF: Banco Central do Brasil, 2008. Disponível em:
<http://www.bcb.gov.br/htms/public/microcredito/livro_cooperativas_credito.pdf> Acesso em: 10 jul. 2009.

REIS JÚNIOR, Nilson. **Aspectos Societários das Cooperativas**. Belo Horizonte: Mandamentos editora, 2006.

SICCOOB Credpom (2008). **Simbologia do cooperativismo**. Disponível em:
<http://www.credpom.coop.br/index.php?option=com_content&task=view&id=61&Itemid=2> Acesso em: 10 maio. 2009.

SICCOOB (2009). **Cooperativas Centrais**. Disponível em:
<http://www.siccoob.com.br/site/cooperativas_centrais.load> Acesso em: 19 ago. 2009.

SICCOOB Central Norte (2006). **Sistema de Cooperativas de Credito do Brasil**. Disponível em: <<http://www.centralnorte.com.br>> Acesso em: 26 jul. 2009.

SILVA, César Augusto Tibúrcio. FREIRE, Fátima de Souza. **Balanco Social**. São Paulo: Atlas, 2001.

TAVARES, João Francisco Sanchez (2005). **Gestão de Riscos em Cooperativas de Crédito**. Disponível em:
<http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista_fae_business/n12/gestao_de_risco.pdf> Acesso em: 12 nov. 2008.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balanco Social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações**. São Paulo: Atlas, 2001.

VEIGA, Sandra Mayrink. FONSECA, Isaque. **Cooperativismo**: uma revolução pacífica em ação. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.